



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0290/15	DATA: 14/04/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 16h18min	PÁGINAS: 33
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Definição do roteiro dos trabalhos. Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			
Há palavra ou expressão ininteligível. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião para a apresentação do roteiro dos trabalhos e deliberação de requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, CPI do Sistema Carcerário.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 2ª e 3ª reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Solicitamos a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado.

Está dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Busato.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovadas as atas.

Ordem do Dia.

Esta reunião ordinária foi convocada para apresentação do roteiro dos trabalhos e para deliberação de requerimentos.

A finalidade do roteiro dos trabalhos é planejar ações, estabelecendo critérios e prioridades para os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão.

Inicialmente passarei a palavra ao Relator, o Deputado Sérgio Brito, para apresentar sua proposta e, em seguida, darei a palavra aos demais membros inscritos.

Concedo, portanto, a palavra ao Relator, o Deputado Sérgio Brito.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de ser breve na apresentação do roteiro do trabalho.

Introdução.

Visando ao bom funcionamento da CPI, sugerimos aos ilustres membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário Brasileiro o presente



roteiro de trabalho, que, através das atividades investigatórias, permita a formação da convicção dos nobres Parlamentares acerca do tema.

A efetividade dos trabalhos da CPI será obra de todos os seus integrantes. Todos os nobres Deputados serão convidados a participar ativamente das atividades da Comissão, inclusive sob a forma de apresentação de requerimentos. Por isso, serão necessárias reuniões administrativas, convocadas com antecedência e com pauta específica, para a discussão e a votação de requerimentos.

Método de trabalho.

Para a consecução dos objetivos da CPI, este plano de trabalho prevê a realização de aprovação de requerimentos diversos, oitiva de testemunhas, autoridades públicas e especialistas, realização de diligências, dentre outros.

A credibilidade de uma investigação parlamentar passa pela robustez das provas que sustentam as suas conclusões. Além das previstas neste plano de trabalho, poderão ser realizadas outras diligências julgadas necessárias pela Presidência, Relatoria e Plenário desta Comissão Parlamentar.

Relatório final.

Do relatório final poderão constar recomendações, providências, propostas legislativas e eventual encaminhamento das respectivas conclusões ao Congresso Nacional, ao Poder Executivo, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e aos Conselhos profissionais respectivos.

Atividades a serem desenvolvidas: realizar oitiva de convidados especialistas, servidores do sistema carcerário e autoridades públicas que possam contribuir para a realização deste trabalho, inclusive membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Parlamentares Relatores de projetos ligados ao tema, operadores do Direito em geral, bem como representantes de organizações especializadas na temática, dentre outros; realizar sessões de debates nas quais os membros terão oportunidade de expor suas experiências práticas e teóricas sobre o tema; realizar estudos de sistemas carcerários-modelos no âmbito internacional, com a finalidade de buscar as boas práticas que possam ser aplicadas em nosso sistema prisional; verificar junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e às Defensorias Públicas as denúncias de violação de direitos humanos ocorridas no sistema carcerário brasileiro; criar página na Internet da CPI do Sistema Carcerário, a qual os membros



poderão utilizar para se comunicar com a sociedade, através de postagem de artigos, discursos, notas, etc.; levantar dados sobre a aplicação de medidas alternativas à prisão e de medidas de ressocialização; realizar levantamento das proposições legislativas relacionadas ao tema da CPI que estão em andamento na Câmara dos Deputados; analisar os resultados das últimas CPIs que trataram do sistema carcerário brasileiro; realizar diligências, com visita *in loco*, para averiguar as reais condições dos presídios brasileiros; realizar reuniões administrativas com a finalidade de avaliar os trabalhos desenvolvidos, a fim de assegurar a qualidade do relatório a ser produzido.

Orientação para os trabalhos.

Orienta-se que sejam alternadas as atividades descritas no Item “i” com aquelas descritas nos demais itens, com o intuito de tornar as diligências mais eficazes.

Conclusão.

As atividades previstas neste roteiro de trabalho objetivam conferir efetividade à investigação parlamentar, respeitando os postulados previstos na Constituição Federal. Pretende-se levar a efeito a consecução de um trabalho técnico, eficiente e capaz de identificar a verdade real, propondo eventuais modificações nos marcos legais que regulam a matéria *sub examen*. Nessa senda, será concretizada uma das atividades mais nobres do Congresso Nacional, qual seja, a função fiscalizadora.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito obrigado, Relator.

Respeitando a ordem de inscrições, vou conceder a palavra ao Deputado Major Olimpio.

V.Exa. tem a palavra, para discutirmos o roteiro, se tiver alguma sugestão.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Abro mão da manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Abre mão? O.k.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (*Pausa.*) Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Vou-me resguardar para o debate dos requerimentos. Concordo; tenho concordância.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Obrigado.

Em votação, então, o roteiro de trabalho.

Os Deputados favoráveis ao mesmo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com o objetivo de dar celeridade aos trabalhos da Comissão, eu proponho as seguintes orientações: as reuniões da CPI serão comunicadas por *e-mail*; os requerimentos que compuserem a pauta deverão ser apresentados até o dia anterior à reunião, para fins de publicação na Ordem do Dia das Comissões; as Sras. e Srs. Deputados que desejarem apresentar nomes para oitivas ou inquirições ou tomada de depoimentos de autoridades em audiência públicas devem apresentar requerimentos por escrito determinando a condição em que o depoente comparecerá à reunião, lembrando que autoridades e outros palestrantes poderão ser convocados ou convidados e que testemunhas e investigados serão intimados, na forma da lei; no tocante aos requerimentos de diligências que solicitem quebra de sigilo, além de outras medidas previstas na lei processual penal, deverão eles ser encaminhados com a respectiva fundamentação, justificando a necessidade da medida; nas reuniões de audiência pública ou tomadas de depoimento, bem como em qualquer diligência desta CPI, o áudio deverá ser realizado exclusivamente por servidores efetivos da Câmara dos Deputados; os Deputados interessados em tecer considerações nas reuniões deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria; o Relator disporá do tempo que for necessário para suas considerações; o autor do requerimento terá o prazo de 10 minutos para tecer suas considerações, computado neste tempo o prazo para as respostas dos expositores; cada Deputado membro inscrito terá o prazo de 5 minutos para tecer considerações, computado neste tempo o prazo de resposta dos expositores; cada Deputado não membro inscrito terá o prazo de 3 minutos para tecer considerações, computado neste tempo o prazo da resposta dos expositores.

A Presidência coloca as orientações em discussão.

Há quem queira discuti-las? *(Pausa.)*

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Vamos passar, agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.



O primeiro requerimento...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, o Requerimento nº 1 está falando em audiência pública no mês de março. Já ficou extemporâneo. Talvez a autora fosse refazê-lo.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, não, não. Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É sobre uma situação que foi vivida no mês de março.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, no mês de março. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Aquela quando quebraram os presídios, etc.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Exatamente. Sr. Presidente, quero apenas subscrever esse requerimento da Deputada Carmen Zanotto e aproveitar para esclarecer ao Deputado exatamente isso que V.Exa. acabou de dizer, ou seja, nós vamos discutir a situação do mês de março, os eventos, ou os fatos, que ocorreram no mês de março, foram extremamente graves e os quais esta CPI tem que se dedicar a analisar e discutir.

Portanto, Sr. Presidente, feitos os esclarecimentos por V.Exa., eu gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Perfeito, Sr. Presidente. Inclusive, se for necessário também, eu vou subscrevê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Peço à Secretaria para providenciar, então, a descida do requerimento original, para que a Deputada Erika Kokay possa subscrevê-lo.

Eu queria fazer um acordo com o Plenário: para que nós não fiquemos retirando da pauta os requerimentos, nós deliberaríamos aqueles cujos autores



estivessem presentes e, depois, quando chegassem os demais Deputados, autores de outros requerimentos, nós retornaríamos ao início da pauta.

Pode ser? Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Pois bem, então, até que cheguem os autores dos requerimentos, Deputada Erika, vamos dar sequência. V.Exa. vai subscrever o Requerimento nº 1? V.Exa. já pode, então, encaminhar e se manifestar sobre ele, pois está em discussão o Requerimento nº 1.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, penso que o requerimento é autoexplicativo. Houve fatos muito graves no mês de março no sistema carcerário, no Estado do Rio Grande do Norte, e nós queremos fazer a discussão disso através de uma audiência pública. E eu penso que o requerimento da Deputada Carmen Zanotto é absolutamente lúcido e importante para esta CPI, e por isso o estou subscrevendo.

V.Exa. está esperando chegar o requerimento? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Para V.Exa. subscrever o requerimento, tem que assinar o original, o oficial. Mas não tê-lo feito ainda não lhe tira o direito de encaminhar. É isso que eu estou...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, nós estamos encaminhando pela aprovação, em função da relevância do requerimento.

Não acho que seria necessário assiná-lo. Entretanto, não me oponho a isso, porque nós estamos fazendo de viva voz uma subscrição deste requerimento, como de praxe é feito em todas as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k. No requerimento original, a Deputada Carmen Zanotto coloca que é necessário chamar para ouvir o Henrique Baltazar, Juiz da Vara de Execução Penal do Rio Grande do Norte; a Regina Miki, Secretária Nacional de Segurança Pública; a Kalina Leite Gonçalves, Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio Grande do Norte; a Dinorá Simas, Diretora da Penitenciária de Alcaçuz, e acabou. São essas quatro autoridades, evidentemente, para concretizar o requerimento, que ela chama para ouvirmos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, então, eu já aproveitaria e solicitaria a V.Exa. que eu pudesse também assinar os Requerimentos



nºs 6, 4, 5 e 7, de autoria do Deputado Carlos Zarattini. São os itens 4, 6, 7 e 8, para convidar o Ministro, convidar o advogado e Prof. Nilo Batista, convidar o Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e também o Diretor-Geral do DEPEN — Departamento Penitenciário Nacional. Seriam estes os que eu gostaria de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k., Deputada.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço a palavra para falar sobre o requerimento anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu queria mais diálogo, tentando colaborar. Nós poderemos ter audiências bastante produtivas para discutir um tema especificamente ligado à crise do sistema, em âmbito regional, no caso, Rio Grande do Norte.

Eu até queria ver com a autora, a Deputada Erika Kokay, que subscreveu, se poderíamos fazer um corte histórico — pegando 2015, talvez —, para não criar um leque muito grande e não inviabilizar a qualidade do debate.

Queria saber se ela concorda em reunirmos em uma grande audiência Estados onde houve rebeliões, superlotação, crise e ver se não faríamos uma única audiência. Queria apenas ouvir a sua opinião sobre a possibilidade de fazermos uma grande audiência. Por exemplo, no Estado do Pará, houve problemas em várias penitenciárias ao mesmo tempo há 1 mês e meio. Eu gostaria, por exemplo, de poder debater isso.

Na Comissão de Meio Ambiente, nós fizemos um debate dessa natureza. Se há mais de quatro convidados, às vezes fica difícil fazer o debate em poucas horas. Por conta disso, talvez seja importante debater com metodologia mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado, eu acho que V.Exa. tem razão, mas aqui nós vamos aprovar o requerimento e depois é que vamos formar o grupo de autoridades que comparecerão a essa audiência pública. Nós temos que aproveitar ao máximo nosso tempo, fazendo audiências públicas com pessoas que vão nos trazer alguma notícia, vamos dizer assim, sobre o sistema.



Não vai ser possível englobarmos tudo, mas eu entendi perfeitamente qual é a sua preocupação. Pelo número de requerimentos que estão na pauta e já estão cadastrados na Comissão, certamente nós teremos muita gente para ouvir.

Acho importantíssimo — e já está prevista aqui — ouvir o DEPEN, que é o órgão mais importante. Nós temos que começar ouvindo o DEPEN, que é o órgão que nos poderá subsidiar, no futuro, com muitas ações. Portanto, nós vamos deliberar logo em seguida isso aí.

Alguém mais quer discutir o Requerimento nº 1?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu fiz uma leitura rápida e nem sei se passou alguma coisa. O secretário poderia nos ajudar. Eu vejo aqui o Deputado Delegado Waldir pedindo para discutir a situação do Estado de Goiás, onde recentemente houve conflitos. No caso do Estado do Pará, houve rebeliões ao mesmo tempo em várias penitenciárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - No Acre também.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - No Acre, não é?

Ouvir essas situações concretas não impede que ouçamos também algumas autoridades que estão sendo convidadas. Eu queria propor, se fosse de concordância do Deputado Delegado Waldir e de outros, como emenda ao Requerimento nº 1, que, além do Estado do Rio Grande do Norte, nós incluíssemos o Estado do Pará e o Estado de Goiás. Eu não sei se me passou batido aqui outro Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O Maranhão...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É exatamente o que eu comentei. Foi o que eu disse. Na medida em que nós aprovarmos os requerimentos, podem ser ouvidas pessoas de vários Estados, mas na hora em que nós formos fazer o convite para a audiência pública, escolheremos todos os Estados que estão... Não vai haver prejuízo para ninguém. Então, nós poderemos, por exemplo, chamar o Rio Grande do Norte para a mesma audiência em que ouviremos Goiás, o Acre, Rondônia etc.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas para isso precisamos aprovar os requerimentos.

Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu penso que cada situação envolve peculiaridades. Por exemplo, eu já tive oportunidade de ir ao sistema prisional do Pará. Ali há vários aspectos de violência contra adolescentes, contra mulheres, enfim, com vários recortes diferenciados. Eu sugiro... Podemos até fazer um único requerimento, mas incluindo a realização de várias audiências públicas. Acho que cada uma dessas situações tem que ser analisada com a profundidade necessária, porque, se fizermos uma mesma audiência para discutir várias situações, vamos perder em profundidade.

Por isso, Deputado Edmilson Rodrigues, sugiro que possa ser feito até mesmo um requerimento para realizar audiência pública sobre o sistema prisional de Goiás, do Maranhão, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, eu também acho.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Que sejam audiências públicas diferenciadas.

E penso ainda, Deputado, que o adequado seria que nós pudéssemos ir a esses locais, porque assim a audiência ficaria muito mais vasta, muito mais rica, com a participação de muito mais segmentos da sociedade. Então, ao invés de chamarmos aqui quatro ou cinco pessoas, nós poderíamos falar com a Defensoria, com representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, do sistema carcerário, da Secretaria de Segurança, porque essas audiências se enriquecem com os vários olhares que muitas vezes nós não temos como ter aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concordo plenamente, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, se nós tivéssemos, por exemplo, audiência pública no Estado do Pará para discutir a situação do sistema carcerário, nós poderíamos aproveitar, inclusive, para realizar diligências, fazer visitas a alguns locais, e assim por diante. Acho que seria muito mais rico do que nós realizarmos essas audiências aqui.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu concordo, Deputada...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, eu só gostaria de manifestar também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só um segundo, gente. Nós temos que avançar.

Eu concordo plenamente com as colocações da Deputada Erika. Fica uma coisa mais sistêmica. E eu acho que a Comissão teria condições de até mostrar mais trabalho. Eu acho só...

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Permita-me. Eu queria só fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A Deputada Eliziane já estava inscrita. Depois ouviremos o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - O.k. Está legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pois não, Deputada. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Minha intervenção, Sr. Presidente, é no sentido da que fez a Deputada Erika Kokay. Realmente, é fundamental que as audiências públicas sejam realizadas nos Estados, como, por exemplo, no meu Estado, o Maranhão, onde o sistema prisional tem sido um exemplo de como não fazer — inclusive, recentemente, com destaques em jornais nacionais e internacionais.

É necessário, por exemplo, haver diligências, audiências públicas e a presença lá dentro do sistema, inclusive para checar *in loco* a situação, que é degradante. Devemos ouvir, por exemplo os vários casos de denúncias, protocoladas na OAB, de violação de direitos humanos que existem no Maranhão.

Eu presidi a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão, quando Deputada Estadual, e nós temos lá uma série de dados catalogados que serão fundamentais inclusive para subsidiar audiências como essa.

Acho, inclusive, Sr. Presidente, que uma presença anterior ao debate sobre a audiência pública irá torná-la muito mais produtiva, porque da audiência pública nós



já sairemos inclusive com os encaminhamentos que poderão ser feitos a partir dessas constatações feitas *in loco*.

Então, eu queria também incluir o Estado do Maranhão nessa sistemática. Nós inclusive já estamos protocolando a diligência incluindo o Estado do Maranhão nesse roteiro de diligências que será realizado por esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Muito bem, Deputada. Mas eu gostaria que V.Exa. fizesse o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A minha assessoria já fez. Está protocolando agora. Se não me foge à memória, já protocolou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k. Está bom. Então, concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga, para nós deliberarmos, e depois o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estive, na sexta-feira, na Secretaria de Defesa Social em Minas Gerais — nós estamos de Governo novo, equipe nova, os dirigentes assumindo agora. O Secretário é o ex-Deputado Bernardo Santana — e quero trazer o requerimento — não consegui trazê-lo, porque viajei hoje pela manhã — para nós incluirmos Minas Gerais.

Então o meu encaminhamento é no seguinte sentido: já que há vários requerimentos que propõem a realização de audiências públicas identificando os Estados, se for possível, e faço uma sugestão, que englobemos todos os requerimentos dos Estados sobre os quais já há manifestação dos integrantes da CPI e depois trabalhemos o calendário — se vai ser no Estado, se vai ser aqui, depois nós discutimos.

No meu caso, o meu requerimento é no sentido de ouvirmos autoridade específica. Mas há requerimento aqui, como o do Deputado Laudívio Carvalho, por exemplo, que é para visita.

Mas o meu encaminhamento prático é o seguinte: que nós pudéssemos, aqui — todos os que têm requerimento no sentido de ouvir representando os Estados —, votar os requerimentos de inclusão dos Estados e que depois trabalhemos esse calendário, aí, sim, com as pessoas em cada Estado.

É o meu encaminhamento, no sentido de contribuir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k., Deputado.

Eu só queria tranquilizar a nossa Comissão. Nós teremos muito tempo para isso. Podem ficar despreocupados. Nós vamos ter tempo para fazer todo esse trabalho.

Enquanto estivermos ouvindo as autoridades prioritárias nessa questão do sistema prisional, teremos tempo para nos organizar. Evidentemente, nós não vamos deixar de fazer nenhuma visita que precise ser feita.

Então, quero tranquilizá-los. Podem ficar despreocupados, porque todo mundo será atendido, os seus Estados serão atendidos, sem nenhum problema. E os requerimentos que forem apresentados, evidentemente, serão deliberados. Podem ficar despreocupados.

Deputado Luiz Carlos Busato, eu estou preocupado com o tempo, pois precisamos começar a deliberar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, quero apenas subscrever os Requerimentos nºs 3, 4, 5, 8 e 9.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Então, o Requerimento nº 1 está em votação.

Aqueles que concordarem com ele permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado, portanto, o Requerimento nº 1.

Passarmos ao Requerimento nº 2.

O Deputado Rocha está por aí? Não. Vamos avançar e, se ele chegar, nós retornamos ao Requerimento nº 2. Pode ser?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Algum questionamento?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu gostaria de solicitar a V.Exa. a possibilidade de inversão de pauta, para apreciarmos os requerimentos constantes



dos itens 11 e 16, considerando que eu tenho alguns compromissos em seguida. Gostaria de ver com V.Exa. a possibilidade da inversão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa. precisa ter o apoio de um terço dos Parlamentares para nós fazermos essa inversão de pauta. *(Pausa.)*

Para inversão de pauta não?

Então, aqueles que concordarem com a inversão de pauta permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos ao Requerimento do Delegado Waldir, que é o Requerimento nº 10.

“REQUERIMENTO nº 10/15 - do Sr. Delegado Waldir - (RCP 6/2015) - que ‘requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater as condições do Sistema Prisional de Goiás, bem como as providências a serem tomadas nos próximos anos para a resolução do problema, com a presença do Secretário de Segurança Pública de Goiás, Sr. Joaquim Mesquita, do Superintendente de Segurança Penitenciária de Goiás, Sr. João Coutinho Júnior, do Juiz da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, Dr. Wilson da Silva Dias, e do Coordenador do Centro de Apoio Operacional — MPMGO, Promotor de Justiça Dr. Vinícius Marçal Vieira.”

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir, para discutir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, esse é um requerimento muito básico. Eu não vou me estender muito.

Nós vivemos uma crise não apenas em Goiás, mas em todo o Brasil. Quero pedir o apoio para que façamos a audiência, aproveitando a ideia da Deputada Erika Kokay de realizarmos em Goiás, em Goiânia. Poderemos usar a estrutura da Assembleia Legislativa e trazer as demais pessoas, a Igreja e todos os órgãos interessados neste debate.

Seria isso, Sr. Presidente. As notícias em relação à situação carcerária de Goiás e de todo o País já foram trazidas pela mídia nacional.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Há mais alguém que queira discutir? *(Pausa.)*

Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

Só a título de esclarecimento: nós estamos votando e vamos votar requerimentos de realização de uma série de audiências públicas. No caso da audiência pública da CPI, terá que ser objeto de pedido de V.Exa. a autorização para que os membros da CPI possam estar nessa audiência pública nos Estados? Ou nós vamos ter a situação semelhante à que está acontecendo até em representações da Câmara? Por exemplo, hoje o Presidente negou todas as participações de Parlamentares num evento da *(ininteligível)* no Rio de Janeiro. Pergunto simplesmente para que nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não. No caso de CPI, eu acho que não. CPI já tem autorização. Já existe uma autorização prévia regimental.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Para a missão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Os membros, os Parlamentares que forem do Estado onde se realizará a CPI poderão participar desse evento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Senão nós vamos marcar uma série de compromissos e de audiências públicas em que nem nós estaremos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Isso é regimental. É regimental. Portanto, não há essa questão do impedimento, como está acontecendo, para o deslocamento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Somente aos membros da CPI. E aos Parlamentares que forem do Estado e quiserem participar?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, aí não. Aí tem que ter autorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Aos membros da CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A CPI...



V.Exa. me permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deixe-me só ler o art. 36, inciso IV:

“Art. 36.

IV - deslocar-se a qualquer ponto do território nacional para a realização de investigações e audiências públicas.”

A Comissão Parlamentar de Inquérito está amparada; poderá, observada a legislação... Então, há um amparo regimental para isso.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Estou dizendo a V.Exa. que nós já tivemos uma CPI funcionando, e, pelo fato de não estar deliberando, por exemplo, o Parlamentar ficou com falta no plenário. Estou falando, por exemplo, da CPI da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas era missão fora daqui?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sim, eu estou falando de caso concreto aqui dentro, por exemplo, na CPI da PETROBRAS: a CPI em andamento, fazendo oitiva de testemunha ou de acusado, e o Parlamentar ficou com falta no plenário.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas a audiência da CPI era aqui?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - A audiência era aqui dentro.

Quero saber se, quando da realização de uma audiência da CPI, se ela não for deliberativa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou consultar.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu estou falando exatamente porque nós vamos ter 30 ações fora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Se é um caso concreto, eu vou consultar.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É interessante saber disso aí.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É importante nós sabermos disso.

Ainda mais, Sr. Presidente, se nós interpretarmos que a área de atuação do Parlamentar, mesmo se fosse feita uma inscrição na CPI previamente e o



Parlamentar trouxesse ao conhecimento de V.Exa. e da CPI... Por exemplo, inúmeros Deputados do Estado de São Paulo gostariam de estar presentes a uma audiência pública realizada lá, exatamente para falarem da necessidade e até para prestigiarem a atuação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Major Olimpio, não pode haver duas Comissões funcionando concomitante ou paralelamente com o plenário. É por isso que o Presidente pede o encerramento das...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ela pode funcionar, sim, Sr. Presidente. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - A CPI da PETROBRAS funcionou. Desde que não haja deliberação...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas a presença é obrigatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, exatamente. Mas, quanto à questão da falta, se ele fala para encerrar as atividades, aí a pessoa...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele falou inclusive para o Presidente da CPI, que se queixou disso. Ele disse: *“Se você quiser, eu te tiro de lá então”*.

Foi no plenário!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É bom que nós vamos buscar, então, o respaldo para resguardar a presença dos nossos integrantes da CPI.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ele disse: *“Se quiser, eu te tiro de lá, que você não fica mais com falta”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, quero só esclarecer, pois está havendo uma confusão aqui. É o seguinte: quando a CPI tem uma missão oficial em outro Estado, para fazer uma audiência pública, os Deputados que fazem parte da CPI, evidentemente, sob o comando do Presidente, estão autorizados a se afastarem, para irem a essas audiências públicas fora do Estado.



Quando a CPI é aqui, é diferente. Hoje, por exemplo, nós estamos aqui em uma audiência da CPI. Se começar a Ordem do Dia, nós não podemos deliberar e temos que dar presença no plenário, sim. Essa é a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Luiz Carlos Busato, para corroborar o que disse V.Exa., vou ler o Regimento Interno:

“Das Reuniões

Art. 46.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.”

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A não ser que seja missão fora do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - A não ser que seja missão oficial fora da Casa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Lincoln Portela.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Eu queria alertar os membros desta CPI para algo, porque nesta Casa nós gostamos de dar tiro no pé. Os Deputados fiquem atentos. O Deputado Busato falou aqui, agora, sobre essa questão de estarmos fora, em missão oficial, o que, evidentemente, não seria contado como falta. Quero dizer que não é contado como falta administrativa, mas é contado como falta, sim. É falta justificada. É um dos absurdos, é uma das excrescências que o nosso Regimento Interno tem.

Eu tenho um projeto, inclusive, que diz que, quando o Deputado Federal está em missão oficial, ele está representando a Câmara dos Deputados, seja no Brasil, seja em algum outro Estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não pode ser considerada falta justificada.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - É, mas é falta justificada.



Aí, lá no Estado, o Deputado fica como um Deputado faltoso. Se você fez três ou quatro missões oficiais, você está n'água. Você está trabalhando, e a imprensa, por causa do Regimento da Casa, diz que você não está trabalhando.

Estou só alertando o pessoal para isto: toma falta, sim; só não toma falta administrativa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos avançar.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Quero só esclarecer.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu até avancei com essa situação em função do volume de audiências públicas que vão ser feitas em outros Estados por parte desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Daqui até lá, o nosso Presidente já terá dado uma acalmada.

Eu queria convidar para sentar à Mesa a nossa Vice-Presidente, Deputada Raquel.

Os Requerimentos nºs. 3, 4 e 5 têm o mesmo teor. Então, nós poderíamos fazer a votação dos três em globo, para não ficarmos aqui perdendo tempo.

Trata-se de um requerimento convidando o Diretor-Geral...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, é que eu tenho mais um requerimento para o qual eu pedi a V.Exa. urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não foi só para o do item 11?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Não, não. Foram dois: o de nº 11 e o de nº 16.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Ah, está bem. Então, vamos ao Requerimento nº 11.

“REQUERIMENTO nº 11/15 - do Sr. Delegado Waldir - (RCP 6/2015) - que requer autorização para realização de missão oficial, composta de membros desta Comissão aos 5 (cinco) piores presídios do Brasil, aos 5 (cinco) melhores presídios do Brasil e aos 3 (três) melhores presídios do mundo, para estudar e avaliar todo



o processo de evolução dos sistemas prisionais por vários ângulos.”

Eu vou abrir a discussão, mas acho que devemos ter certo cuidado com o encaminhamento dessas propostas, para depois a imprensa não achar que nós queremos viajar em plena época de contenção de despesas, etc., etc.

Eu reputo esse requerimento de grande importância, não sei se porque tive a oportunidade de conhecer alguns presídios no mundo, como no Canadá e na Noruega. Depois nós discutiríamos quais são os melhores do mundo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu fiz uma relação. Fizemos uma pesquisa e temos essa relação.

A nossa pretensão não é viajar ou passear. Nós estamos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente, e o nosso País não é exemplo para nenhum outro país em relação ao sistema prisional. Ele é lotado, ele tem situações de tortura, de armas, de drogas. E nem todos os membros desta Comissão conhecem a realidade. Eu já fui diretor de unidade prisional e acho indispensável nós irmos até esses locais para sentirmos, *in loco*, a realidade prisional.

Para mim, não haveria problema em reduzirmos, no requerimento, o número de presídios de cinco para três. Eu até reduziria para três — isso, se V.Exa. e o Plenário decidirem dessa forma —, mas acho que nós devemos ter uma visão *in loco*, para que possamos decidir realmente as questões importantes junto ao Ministério da Justiça, ao DEPEN, e fazer propostas concretas, porque falar de dentro de um gabinete é muito fácil, mas falar da realidade que não se conhece é muito estranho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio. Depois, falará o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, é lógico que eu apoio as iniciativas para melhor conhecermos o nosso sistema e até compará-lo. Agora, eu temo que, na hora em que nós apresentarmos esse *ranking* — e não sei qual foi a forma da pesquisa —, já se politize ou se partidarize o *ranking*, principalmente o da desgraça. Acho que o *ranking* da desgraça vai ser produto até da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Mas o DEPEN nos daria esse *ranking*, ou alguém do sistema prisional.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Por isso que eu encareço ao Deputado Delegado Waldir que S.Exa. estabeleça um número, mas que não coloque defina os presídios como melhores ou piores.

E eu acho até interessante que conheçamos o sistema prisional...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Major Olimpio, só um segundo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - ... e até que façamos comparações com o sistema prisional do resto do mundo, mas não podemos perder de vista o objeto desta CPI, que não é o de fazer comparação do nosso sistema com o adotado no Canadá, nos Estados Unidos, na China ou no Japão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós já temos, Major Olimpio. Já existe, inclusive, o resultado de uma CPI que foi feita.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então nós não precisaríamos ter esta, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E lá eles chegaram a uma conclusão. Lá eles têm o resultado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Ué, se nós partirmos do pressuposto de que já temos dados que possam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Alguns, alguns.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, nós não precisaríamos fazer esta. Mas nós todos sabemos que precisamos fazer esta CPI, sim, e adequá-la à realidade.

Portanto, eu sou contrário à proposta de que a CPI saia do País para fazer estudos comparativos, porque isso não é objeto de CPI, e espero que tenhamos cuidado com o que vamos ranquear como melhores ou piores. Acho que isso deve ser feito pelo DEPEN ou por qualquer outro instituto de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, mesmo que tenhamos tempo, há certas dificuldades financeiras. Naturalmente, tudo aqui vai ter que ser negociado com o Presidente, ainda que já estejam previstas despesas com CPIs. O que for importante e vital nós vamos brigar para que seja realizado. Mas,



como há pouco nós discutimos, ao tratarmos do caso de Goiás, e V.Exa. indicou que as audiências seriam realizadas — aliás, no debate com a Deputada Erika Kokay — nos Estados, então, talvez, a proposta do Deputado Delegado Waldir pudesse ser adaptada a essa ideia, porque o deslocamento de Deputados para um Estado, seja qual for — e, às vezes, poderá haver até um número grande, se a CPI realmente se fizer representar pela quantidade de Deputados que a ela pertencem —, acaba sendo um ônus importante, porque, para realizarmos o trabalho, para investigarmos, temos que ir ao local mesmo.

Agora, voltar lá porque, por exemplo, o presídio é pior ou melhor talvez fosse um esforço — digamos assim — complementar. Mas nós poderíamos aliar as duas coisas, de modo que, onde houver aprovação de audiência pública no Estado, nós tiraríamos uma parte do tempo, quando estivéssemos presentes nesse Estado, para fazer visitas às penitenciárias.

E eu proponho, Delegado Waldir, que se retire a adjetivação “pior” ou “melhor”. Parece-me até que há alguns que estão, inclusive, nos tribunais internacionais por, digamos assim, problemas relacionados aos direitos humanos. Mas não há realmente uma classificação entre pior e melhor. Para nós não abriremos esse debate, poderíamos definir assim: aqueles Estados que forem objeto de requerimentos aprovados para a realização de audiências, por conta dos problemas existentes lá, seriam aqueles onde, ao mesmo tempo, nós faríamos visitas aos respectivos sistemas, escolhendo as penitenciárias que julgássemos importante conhecer.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só um segundo. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato. Depois V.Exa. falará.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sr. Presidente, eu queria fazer um comentário a respeito desse roteiro sugerido pelo Deputado Delegado Waldir. Acho bastante importante termos esse conhecimento, mas eu queria dar um testemunho aqui como ex-Relator da outra CPI, da parte de arquitetura prisional, ou das condições físicas dos presídios.

Nós vamos ter oportunidades, dentro do Brasil, de visitar alguns presídios que são bons modelos — e bons modelos dentro da realidade do Brasil, o que é



importante. Porque, às vezes, o ótimo é inimigo do bom. Não adianta pegarmos um modelo no exterior que seja o suprassumo, mas que esteja fora da nossa realidade. E vamos ver alguns casos assim.

E eu gostaria de solicitar a compreensão dos Deputados para que tenhamos dois focos. Um deles é o foco do funcionamento prisional, daquela parte de que o Deputado Alberto Fraga tem profundo conhecimento, assim como o Deputado Sérgio Brito, na condição de Relator. Mas também me refiro ao foco da arquitetura prisional em si, que é importante, para vermos modelos que estejam dentro da nossa realidade, da realidade financeira do Brasil.

Então, eu gostaria de, depois, sugerir alguns lugares no Brasil onde temos modelos bons e importantes, para que possamos visitar e até para levarmos de exemplo para outros Estados.

E é claro que presídios ruins existem aos montes no Brasil para visitarmos. Não precisamos sequer escrever que são ruins; basta que visitemos os presídios citados nos primeiros requerimentos, pois vamos ver modelos tenebrosos.

Mas, quanto à questão da arquitetura em si, sobre o que temos de bom dentro do Brasil, eu gostaria também, como Sub-Relator que fui, indicado nesta CPI para a parte da arquitetura prisional, de dar sugestões nesse sentido, Deputado Delegado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É a vez do Deputado Delegado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, não me oponho. Acho que temos especialistas. Acolho as sugestões de muito bom grado. Acho, realmente, que essa é a finalidade. Ninguém quer passear; nós queremos realmente ver soluções para o nosso País, sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Nós sabemos disso.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E, quanto a retirar do texto os termos “piores” e “melhores”, quero dizer que, na verdade, nós fizemos uma



pesquisa sobre o que tem sido trazido pela imprensa, pelo DEPEN e por outros órgãos, e eles usam também esses termos lá. Eu só copieei os termos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A própria CPI anterior já listou os dez piores presídios do Brasil e os melhores.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Então, realmente, são esses os termos utilizados.

Era o que eu gostaria de complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o autor do requerimento, parece-me, está de acordo com que o texto seja reformulado, com que ele possa reformular o requerimento. Que o retiremos da discussão neste exato momento, para que ele possa reformulá-lo e reapresentá-lo, na medida em que fará ele parte do cronograma a ser realizado.

Eu gostaria de sugerir, como questão de ordem, um procedimento que já existe em várias Comissões: que pudéssemos apreciar em globo os requerimentos, desde que não haja divergências acerca deles.

Portanto, sugiro que V.Exa. leia os requerimentos e, não havendo divergências, que os apreciemos em globo, destacando e discutindo apenas aqueles em que houver divergência. Senão, daqui a pouco, começará a Ordem do Dia — já são quase 16 horas —, e acabaremos não avançando nos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu concordo.

Consulto o Deputado Delegado Waldir para saber se S.Exa. vai...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, acho o seguinte: fiz uma sugestão de visitas. Quanto à reformulação, o que poderíamos fazer é reduzir o número. Não sei se é essa a finalidade da discussão aqui ou se é adotar os critérios que o Deputado mencionou, no sentido de que ele indicaria os locais. Seria isso?

Eu gostaria de saber qual é a linha que os Deputados estão sugerindo. Senão, nós discutimos e, depois, faço apenas uma complementação, acatando as sugestões que os Deputados mencionarem aqui.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Acho que o Deputado Delegado Waldir está certo. A sugestão é boa, e vamos acabar visitando, inevitavelmente, muitos presídios ruins, em virtude até das audiências públicas — e já apareceram dois aqui. Então, isso não prejudica o seu requerimento, que pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Pode ser votado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - ... pode ser votado e mantido.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Obrigado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu só encareceria ao Deputado Delegado Waldir que ficasse em aberto esse *ranking* dos presídios piores e melhores e que não constasse a expressão “*melhores presídios do mundo*”. Peço isso porque esta CPI é uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro. Não está concebida para comparar, estudar ou outra coisa. Devemos investigar uma situação pontual aqui e agora, sob pena de sermos objeto de interpretações equivocadas, seja da mídia, seja de nós mesmos. Eu mesmo não faria uma viagem dessas para conhecer sistemas prisionais sob essa argumentação, porque eu componho uma CPI cujo objeto é específico: apurar, investigar. Não dá para comparar nada neste momento.

Então, dentro do Brasil e do sistema prisional, estamos dentro do objeto da CPI. Fora do País estamos fora da destinação da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Eu acho isso muito discutível e relativo. Nós temos que investigar o sistema prisional brasileiro. Isso é realidade. Mas se nós também temos a obrigação de apresentar um modelo que possa vir a funcionar, temos que buscar parâmetros para apresentar alguma proposta, com base em modelo que deu certo. Assim, não vejo também nenhum tipo de excesso nesse requerimento, no sentido de...

Querem ouvir uma coisa engraçada? Eu li há duas semanas que a Suécia, que está aí como um dos melhores sistemas do mundo, está fechando os presídios por falta de preso. Poderíamos exportar um pouco para lá, não é? (*Risos.*)



Estão fechando os presídios por falta de presos! Ora, é uma realidade a que nunca chegaremos.

Vamos colocar o requerimento em votação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Podemos fazer que nem o DEM e o PTB: vamos unir a Suécia ao Brasil. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Nas atividades a serem desenvolvidas, nós aprovamos aqui, Sr. Presidente, na alínea "c": *"Realizar estudos de sistemas carcerários modelos no âmbito internacional, com a finalidade de buscar as boas práticas que possam ser aplicadas em nosso sistema prisional"*.

Então, eu acho importante esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Tem respaldo, não é? Tem respaldo.

Então, vamos votar o requerimento.

Aqueles Deputados que estiverem de acordo com o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero manifestar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O requerimento foi aprovado, com os votos contrários do Deputado Major Olímpio e da Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu vou votar contrariamente, porque acho que o texto precisa ser aperfeiçoado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E com o voto contrário também do Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Vote em globo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vamos votar estes três aqui, depois votamos o resto em globo, porque estes são sobre o mesmo assunto.



Os requerimentos dos itens 3, 4 e 5 tratam de um convite para ouvirmos o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN, o Dr. Renato Campos Pinto.

Os autores desses requerimentos são o Deputado Sérgio Brito, o Deputado Carlos Zarattini e o Deputado Edmilson Rodrigues. Votaremos...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Queria pedir a subscrição deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - ... os três juntos. E eu vou conceder a palavra ao Deputado Sérgio Brito, que é o autor que está presente, para defender o requerimento. Mas votaremos os três, evidentemente.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO BRITO - Obrigado, Sr. Presidente.

O Dr. Renato tem um amplo conhecimento sobre a realidade do sistema carcerário brasileiro. Ressalte-se que essa oitiva é de extrema relevância para estabelecer um ponto de partida para as diligências a serem realizadas por esta Comissão. Por isso, mostra-se imprescindível a oitiva do convidado supracitado, tendo em vista seu conhecimento técnico e sua visão prática do novo sistema carcerário, de modo a subsidiar as investigações e fomentar as contribuições materiais deste colegiado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O segundo autor também está presente, o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu faço minhas as palavras do Deputado Sérgio.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra a Deputada Erika.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, também subscrevi esse requerimento do Deputado Carlos Zarattini, porque penso que seria muito importante. Uma das primeiras audiências a serem realizadas seria essa, para que nós pudéssemos ter uma visão panorâmica do nosso sistema carcerário. E, a partir daí, inclusive, nós poderemos fazer outros desdobramentos na montagem do cronograma de atuação da própria CPI. Mas acho que é absolutamente relevante



que nós tenhamos aqui o Diretor-Geral do DEPEN, para que ele possa fazer uma explanação da situação do sistema carcerário sob o ponto de vista daquele próprio órgão, com os dados pertinentes, porque existem muitos dados relevantes. Nós temos um sistema carcerário que caminha para ser o terceiro maior sistema carcerário do mundo — proporcionalmente é o segundo, ou caminha para ser o segundo — e é um sistema carcerário que a população e o senso comum sabem que não tem capacidade de reintegração do preso de forma harmoniosa à sociedade, pelo fato de estar em conflito com a lei. Se nós analisarmos a Lei de Execução Penal, vamos ver que temos um sistema carcerário que está em contraposição ou em conflito com a Lei de Execução Penal, com a própria LEP.

Por achar que é absolutamente relevante, subscrevi o requerimento do Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Também subscrevo os três requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O.k.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos passar à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Consulto o Plenário sobre se há alguma divergência nos demais requerimentos, para que possamos votá-los em globo e encerrar a reunião, porque a Ordem do Dia está próxima do começo. Pergunto se alguém tem alguma divergência com relação aos itens 2, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15 e 17.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu retiro o requerimento do item 10, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - O requerimento do item 10 está sendo retirado de pauta.

Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.



V.Exa. também falou no item 7. Com o perdão da minha ignorância — não está aqui o Deputado Carlos Zarattini —, quem seria o advogado e professor Nilo Batista?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Ele foi Secretário de Segurança do Governo Brizola, não foi?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não sei. Nilo Batista é do Rio, mas eu acho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - V.Exa. está propondo a retirada desse também?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É! Eu não sei quem é.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não, Sr. Presidente. Eu quero que seja mantido. Eu subscrevi esse requerimento. Acho que, se o Deputado não conhece... Nós não conhecemos tudo. Dizia Sócrates que somos sábios quando sabemos que nada sabemos. É muito importante que nós possamos escutar um dos maiores especialistas em segurança e, particularmente, no sistema carcerário que este País produziu.

Portanto, eu acho que é importante que nós possamos manter o requerimento. Eu sugeriria a V.Exa. que pudéssemos destacar, se há divergência, esse item 7, e votar os demais. Depois passaríamos à discussão, de forma apartada, desse item, cujo requerimento eu mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Faremos isso. É melhor, então.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Com a palavra o Deputado William Woo.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - É só para somar aqui.

O Deputado Luiz Carlos Busato tirou o requerimento do item 10, e S.Exa. participou naquela época também...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Sabe por que eu retirei Deputado Woo? Eu conversei com o Presidente. Nós vamos deixar para chamá-lo do meio para o fim da CPI. Aí o ex-Deputado Domingos Dutra virá aqui, com toda a



experiência que tem, para agregar. É nesse sentido. É por isso que nós solicitamos a retirada.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - Eu pediria ao Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só para lhe explicar, Deputado William, S.Exa. está retirando só de pauta. Não está retirando a intenção de votar...

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO - É que não se trata disso. Eu queria dar uma sugestão. Na época daquela CPI, nós publicamos um livro. E foram várias as indicações que fizemos. Então, seria interessante que a Consultoria distribuísse alguns volumes dele aos Deputados, até para que, no dia em que vier o Diretor do DEPEN, ele possa explicar se foram ou não implantadas algumas das indicações daquela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Nós já o recebemos, estamos lendo — particularmente, estou lendo —, mas é evidente que nós vamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Não é assim, não! É assim!
(Risos.)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Estou recebendo aqui a informação de que esse livro e o relatório se encontram à disposição na Internet. Então, quem quiser...

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, quero dizer ao Deputado Busato que eu penso que o fato de nós o aprovarmos não significa que vamos implementá-lo, não é? Até porque a CPI tem uma dinâmica, e essa dinâmica envolve várias viagens, várias audiências públicas. Eu acho que nós poderíamos aprová-lo. Se a intenção é apenas a de postergar a vinda do convidado, ele fica aprovado, submetido ao cronograma que for mais pertinente na avaliação de V.Exa. e do próprio Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, o problema é que o Deputado pediu a retirada e eu já consenti com ela. Então, nós vamos ter de deixar para uma próxima reunião.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Eu apresento depois, Deputada Erika Kokay. É nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Bom, então vamos votar os requerimentos em globo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Fica destacado o item 7?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Fica destacado o item 7, para, logo em seguida, nós o discutirmos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Porque o próprio requerimento do Deputado Carlos Zarattini diz que ele é um especialista em Direito. Eu confesso que não sei se é o Nilo Batista do Rio de Janeiro. O requerimento está dizendo que ele é especialista em Direito e com conhecimento na área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Vou mandar pegar o requerimento original, para que possamos...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não! Eu estou com o requerimento aqui e o estou lendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Está lendo? E não está dizendo nada?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputado Erika Kokay, V.Exa...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - De qualquer maneira, vai ser votado depois, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É. Vamos fazer primeiro a votação em globo, não é?

Então, em votação os itens que foram lidos anteriormente.

Aqueles que forem pela aprovação, ressalvado o item 7, permaneçam como se acham.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E retirado o 10.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - E retirado o 10. *(Pausa.)*



Aprovados.

Em discussão agora o Requerimento nº 5/15 — item 7 —, do Deputado Carlos Zarattini, que *“requer seja convidado o Advogado e Professor Nilo Batista, para ser ouvido na Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário”*.

Diz o autor: *“A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Sistema Carcerário Brasileiro tem como objetivo investigar as condições em que se encontra (...)”*.

É, na verdade, Deputada Erika, ele praticamente só fala que é professor e advogado. Qual é a especialização dele, assim...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - É o que foi Governador no Rio, foi Secretário? Quem é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É, eu gostaria que V.Exa., se pudesse, esclarecesse o Plenário, para que possamos deliberar sobre o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, V.Exa. me permite colaborar? Eu creio ser difícil que haja um outro Nilo Batista, conhecido como administrador público, ex-Secretário e professor, jurista relacionado à área penal e tudo o mais, não é? Então, até em respeito à proposição, mesmo considerando justa a preocupação levantada, eu queria sugerir que nós o aprovássemos e incluíssemos o convidado numa das audiências a planejar depois. Digamos que seja convidada uma outra autoridade que, às vezes, não requer... Eu não diria que ele ficasse junto com o Ministro. Eu acho que o Ministro tem que vir sozinho, para ser arguido e dar sua contribuição. Mas eu acho que em algumas audiências é possível ter mais de um palestrante. Não sei se poderia vir com um dos Diretores. O do DEPEN também tem muitos dados, e talvez não seja conveniente. Mas é que, se nós o aprovarmos, depois o próprio Presidente e o Relator podem definir uma pauta conjunta. Digo isso só para não sermos contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Sim.

Vamos ouvir a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, o Prof. Nilo Batista já foi realmente Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi Secretário da Polícia Civil e Presidente da Ordem dos Advogados no Rio de Janeiro. Ele é professor de Direito



Penal brasileiro, foi autor de vários artigos acerca da criminologia, tem um conhecimento bastante aprofundado sobre o sistema penal e é adepto da criminologia crítica. Portanto, o Prof. Nilo Batista é uma das pessoas que mais se debruçou sobre o sistema carcerário como consequência e sintoma de uma série de relações sociais. E, ao mesmo tempo, tem uma série de proposições acerca disso. Ele, por exemplo, dedicou-se à análise histórica dos sistemas punitivos, dedicou-se também aos influxos entre o Direito e o contexto social e econômico de cada época. Portanto, ele faz uma história acerca disso.

Por isso, penso que, pela vastidão da experiência concreta, objetiva, tanto como Secretário de Segurança e como Governador do Rio de Janeiro, durante um curto período, quanto como teórico no assunto, seria absolutamente importante nós contarmos com ele para podermos nos aprofundar nessa discussão. Eu só vou citar algumas de suas produções: *Direito Penal Brasileiro; Teoria Geral do Direito Penal; Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro; Punidos e Mal Pagos; e Matrizes Ibéricas do Sistema Penal Brasileiro.*

Portanto, eu penso que nós temos alguém aqui no Brasil que tem essa experiência, que construiu um saber e um pensar acerca disso, e esta CPI — penso eu — deveria se dedicar a sorver das suas experiências e debatê-las, inclusive questionando as suas posições, se for o caso.

Penso, Sr. Presidente e Deputado Edmilson, que seria muito importante que pudéssemos manter o requerimento, proceder a essa discussão e não incluir o ex-Governador e professor dentro de um outro pensar. Acho que valeria a pena podermos sorver das suas experiências e, a partir daí, debater e aprofundar os rumos desta CPI. É o meu pensamento.

Por isso, estou aqui defendendo o requerimento como ele está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Deputada, V.Exa. o qualificou muito mais do que qualquer outro requerimento poderia qualificá-lo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O que está no currículo do Prof. Nilo Batista no Wikipédia deveria estar no requerimento. Perdoem-me a ignorância, mas eu não sabia quem era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - É verdade. Está certo.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, eu abro mão. Vamos votar o requerimento, para termos essa autoridade aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais requerimentos a serem deliberados, nós vamos...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esse foi o requerimento do item 7, não é? Votou-se tudo e retirou-se só o requerimento do item 10, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Fraga) - Só o requerimento do item 10 ficou fora. Mas isso não quer dizer que ele não entre na pauta na próxima reunião.

Antes de encerrar os trabalhos, informo que as próximas comunicações de realização de reunião serão feitas por meio do endereço eletrônico da Comissão para os *e-mails* institucionais dos Parlamentares e das Lideranças e que o painel, para efeito de registro de presença, será aberto meia hora antes do início da reunião. *(Pausa.)*

Convoco reunião ordinária para o dia 23 de abril, quinta-feira, às 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.